



POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE EXECUTADA PELO TERCEIRO SETOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNDAÇÃO LEMANN

D'ÁVILA, Jorge Luis¹ – UFMS/SEMED/ANHANGUERA

Grupo de Trabalho: Formação de Professores e Profissionalização Docente
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a conexão existente entre o público e o privado, tendo como foco o Terceiro Setor, em especial a Fundação Lemann. Tratando-se da interferência de uma instituição mantida pela iniciativa privada nas políticas de formação de professores da educação básica pública, com o intuito de melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, com foco em garantir o aprendizado dos alunos e contribuir para que o país seja capaz de oferecer uma educação de alto nível para todos o que, teoricamente seria de responsabilidade do Estado brasileiro. A Fundação Lemann defende em seus relatórios, que o modelo de capacitação dos docentes oferecido pelo Estado, só terá significado e contribuirá para a melhoria da educação no momento em que os docentes forem formados seguindo “padrões adequados de gestão”. Pois, sem essa cultura de gestão em busca de resultados, típica do setor empresarial os programas de capacitação do magistério resultam mais em benefícios salariais para os professores do que em melhoria efetiva dos padrões de aprendizagem. As argumentações presentes nesse trabalho foram construídas à luz do método dialético que teve como base empírica os relatórios anuais gerados pela Fundação Lemann, bem como, os textos produzidos por pesquisadores que se propuseram a investigar a atuação do chamando Terceiro Setor no sistema de ensino público brasileiro. Constatamos que tais interferências estão pautadas na teoria do capital humano de forma que, os futuros trabalhadores devem ser formados para garantir o processo de mundialização e acumulação de capital. Para esse seguimento da sociedade civil a educação é vista como um importante meio para o processo de acumulação de capital e também, uma forma de legitimar o consenso da reprodução injusta do sistema de classes.

Palavras-chave: Formação de professores. Terceiro Setor. Fundação Lemann.

¹ Mestre em educação e doutorando em educação pelo Programa de Pós-graduação mestrado e doutorado pela UFMS.

Introdução

A materialização e a ampliação dos projetos do setor empresarial no interior da escola pública é um movimento presente na pauta de diferentes países. Tal intervenção segue as premissas da teoria do capital humano, o que remete às instituições escolares o provimento de competências relacionadas à “[...] técnica do trabalhador, visando à produção de riquezas para o país [...]” (SILVA; SOUZA, 2009, p. 780).

Cabe considerar que, historicamente, os propugnadores do desenvolvimento econômico sempre viram na educação escolar um meio para consolidar o progresso do capitalismo, que se intensificou no final da década de 1990 e início do século XXI.

Os argumentos que justificam os investimentos do setor privado na gestão da escola pública partem do pressuposto de que é na educação pública que deve se materializar a formação de recursos humanos, pois ela “[...] é o único caminho duradouro para garantir a melhoria da produtividade que melhoraria também os salários e a distribuição de rendas no país” (MINAS APONTA O CAMINHO, 1993:16, *apud* SILVA, 2002 p. 183).

Em face do exposto, com o advento das políticas neoliberais o cenário educacional se tornou favorável para o ingresso, de forma mais contundente, dos empresários como novos agentes educacionais, como é o caso da Fundação Lemann, uma organização criada em 2002 pelo capitalista brasileiro Jorge Paulo Lemann. O empresário atua no ramo de bebidas alcoólicas (cerveja), alimentos (Burger King), transporte ferroviário, lojas Americanas, entre outros (ISTO É DINHEIRO, 2010). O objetivo da Fundação é “melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, com foco em garantir o aprendizado dos alunos e contribuir para que o país seja capaz de oferecer uma educação de alto nível para todos” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2012, s/p).

Sob essa ótica, este artigo tem como objetivo analisar as conexões entre o público e o privado, com base no estudo da referida Fundação, tratando-se da interferência de uma instituição mantida pela iniciativa privada nas políticas de formação de professores da educação básica pública, o que teoricamente seria de responsabilidade do Estado brasileiro.

As argumentações presentes nesse trabalho foram construídas à luz do método dialético que teve como base empírica os relatórios anuais gerados pela Fundação Lemann, bem como, os textos produzidos por pesquisadores que se propuseram a investigar a atuação do chamado Terceiro Setor no sistema de ensino público brasileiro.

Formação docente à luz do ideário empresarial

O documento intitulado “Carta aos empresários – uma agenda liberal” escrito por Rodrigo Constantino², alerta para o fato de que o aumento da produtividade econômica depende muito da educação. Em decorrência disto, os capitalistas devem intensificar suas ações no campo educacional, pois, “[...] a educação pode ser um excelente e lucrativo negócio. Trata-se apenas de mais um produto, e um produto fundamental e extremamente valioso” (CONSTANTINO, 2012, s/p).

Considerar a educação como um fator responsável para o desenvolvimento econômico brasileiro é um pensamento cadente entre os capitalistas do mundo e do Brasil. Fato que pode ser comprovado no documento para a educação produzido pelo Instituto Herbert Levy³ quando aponta que:

“[...] numa época em que o saber se transformou na mola mestra de todo o processo produtivo, qualquer esforço para melhorar a competitividade nacional tende ao fracasso se a máquina geradora deste saber, que é o sistema educacional, não apresentar uma eficácia compatível com as exigências da nova era” (OLIVEIRA; CASTRO, 1993, p. 6).

Nesse viés, o empresário Jorge Paulo Lemann, diretor presidente da Fundação Lemann, considera que “[...] o que pode emperrar o crescimento do Brasil é o baixo nível da educação.” E continua ao dizer que “[...] Precisamos melhorar a qualidade do ensino. E essa é uma tarefa que cabe não só ao governo como também ao setor privado” (ISTO É DINHEIRO, 2010, s/p.).

Mediante a esse pensamento, no ano de 2002 o referido empresário criou a Fundação Lemann, organização que compõe o “Movimento Todos pela Educação”, com o intuito de desenvolver ações educacionais para “[...] garantir o aprendizado dos alunos. O objetivo por trás de todo o nosso projeto é contribuir para que o país seja capaz de oferecer uma educação de alto nível para todos” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2012, s/p).

Evidentemente, tal elevação intelectual assinalada por Lemann é necessária para que o trabalhador acompanhe as transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo nas últimas décadas, isto é, um modelo produtivo que incorpora cada vez mais rápido, os avanços da

² O economista e membro fundador do Instituto Millenium.

³ O Instituto Herbert Levy foi criado pela Gazeta Mercantil. É o responsável pela elaboração do documento “Educação fundamental e competitividade empresarial - uma proposta para a ação do governo”. Projeto elaborado por João Batista Araújo e Oliveira e Cláudio Moura Castro (BATISTA, 2005, p.29).

ciência e da tecnologia à produção. Esse modelo é caracterizado também pela “[...] flexibilidade, pela descentralização, pela necessidade de um giro muito rápido dos produtos e por uma produção voltada para o atendimento de uma demanda mais individualizada.” (TONET, 2012, p. 13,).

Tonet (2012) aponta que além do domínio tecnológico, o novo trabalhador deve ter uma formação “polivalente” que lhe permita executar diversas tarefas, que o leve a aprender a pensar para resolver problemas e imprevistos. E, além disso, que passe “[...] a transitar com mais facilidade de um emprego a outro, pois a estabilidade já não faz parte desta nova forma de produção” (TONET, 2012, p. 14).

Para alcançar tal objetivo é necessário a implantação de uma metodologia gerencial na educação, onde a fiscalização e a eficiência das ações serão analisadas mediante a implantação de uma “[...] cultura de avaliação de resultados. Advindos da área empresarial e sabendo da importância da avaliação de resultados, acreditamos que um foco similar, mas adaptado à educação, trará grandes benefícios” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p. 04).

Esse debate, para a compreensão da necessidade de implantar instrumentos para averiguar a qualidade do ensino brasileiro, também esteve presente no trabalho de Silva e Souza (2009) quando analisaram o pensamento ideológico do Instituto Herbet Levy. Essa organização defende a viabilização do sistema nacional de avaliação dizendo que:

No mundo dos negócios, cada vez que um produto fica pronto, toda empresa séria verifica se aquele produto corresponde às especificações que deve ter para ser entregue aos consumidores. Controlar a qualidade de tudo que é produzido é uma atividade de rotina. É natural que, em algo tão importante quanto à educação, os empresários esperem que o governo proceda da mesma forma, ou seja: que antes de entregar os alunos à sociedade, verifique se aprenderam o que precisam saber, de acordo com as especificações estabelecidas pelo governo para cada nível de ensino. Trata-se da mesma ideia de controle da qualidade (INSTITUTO HERBERT LEVY, 1993, P. 47).

Nota-se que existe uma relação entre educação de resultados e o aumento da competitividade econômica. Essa relação é essencial para atrair investimentos de “[...] instituições ou indivíduos estrangeiros com objetivos similares e interesse em atuar no Brasil” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2012, s/p).

Destarte que, os investimentos esperados pela Fundação Lemann, só será possível no momento em que o Brasil diminuir a desigualdades sociais o que, para essa Fundação se origina “[...] em grande parte, na baixa escolaridade da população. espera-se que o Brasil possa estimular o crescimento econômico e combater a pobreza e as desigualdades através da

oferta de serviços de educação pública de melhor qualidade” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p. 06).

Vê-se, pois, que a educação no pensamento liberal deve ser usada para “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (SADER, 2005, p.6). Para o autor, a educação é vista pelo capitalista como um importante meio para o processo de acumulação de capital e também, uma forma de legitimar o consenso da reprodução injusta do sistema de classes. Em outras palavras, a educação “[...] em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema” (SADER, 2005, p.6).

O discurso empresarial é extremamente problemático, isso do ponto de vista dialético, que na acepção moderna é entendida como o modo de pensar as contradições que estão presentes na realidade, “[...] o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p.8).

Perante esse movimento atribuir o aumento da desigualdade social à educação pública é uma afirmação contraditória. Pois, o que causa os problemas apontados pelo Presidente da Fundação Lemann é justamente o modo de produção, que se sustenta sobre a propriedade privada, onde os detentores do capital lucram com a exploração da riqueza que é produzida pela classe que vive apenas da sua força de trabalho.

Vale enfatizar que o modo de produção em que vivemos é extremamente exploratório, visto que sua lógica não permite a oferta de condições de vida dignas à população mesmo que tivéssemos uma educação de “qualidade” como prega o discurso do capitalista Lemann.

Portanto, cabe considerar que o movimento real da grande concentração de miséria encontra-se no acúmulo de capital, fato que pode ser constatado, no império de Lemann estimado em US\$ 11,5 bilhões⁴ contribui para que muitos trabalhadores vivam em condições sub-humanas. Essa relação entre acumulação e miséria foi analisada por Marx em o Capital, ao mencionar que:

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor. [...] Todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se,

⁴ Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/41021_por+dentro+da+cabeca+de+Lemann. Acesso em 18 de nov. de 2012.

reciprocamente, de desenvolver aqueles métodos. [...] A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria, tormento do trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1985, 209-210).

Desta maneira, a atuação do capitalista na gestão educacional, a qual tem como elemento fundante a eficácia, tanto da escola quanto da sala de aula, perpassa o caráter técnico e operacional no ensino e também a filantropia, fator que cumpre o papel de marketing empresarial, caracterizando essas empresas de “socialmente responsáveis”. “[...] Tal participação está ancorada por um forte conteúdo ideológico que opera na esfera cultural e política” (SILVA; SOUZA, 2009, p. 784).

Consequentemente, com o intuito de alcançar seus objetivos, a referida Fundação elaborou a estratégia denominada “Testar práticas que podem melhorar dramaticamente a gestão da educação e a efetividade dos professores.” Essa estratégia consiste na realização de cursos de formação de gestores e professores que atuam nas redes públicas de ensino para que esses profissionais se tornem “bons líderes” e proporcionem, por meio de planejamento, didática diferenciada e técnica de gestão de sala de aula, uma aprendizagem com “excelência e equidade”.

A Fundação Lemann defende em seus relatórios, que o modelo de capacitação dos docentes oferecido pelo Estado, só terá significado e contribuirá para a melhoria da educação no momento em que os docentes forem formados seguindo “padrões adequados de gestão”. Pois, sem essa cultura de gestão em busca de resultados, típica do setor empresarial “[...] os programas de capacitação do magistério resultam mais em benefícios salariais para os professores do que em melhoria efetiva dos padrões de aprendizagem” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p. 06).

Nota-se a existência de uma política de culpabilização do docente, mesmo o professor tendo sua base material melhorada para exercer suas funções pedagógicas, o mesmo não será capaz de elevar o padrão do ensino brasileiro. A elevação desses padrões terá êxito somente no momento em que as escolas públicas forem administradas sob “[...] um ponto de vista econômico, no sentido de garantir que o gerenciamento de recursos e o envolvimento das pessoas sejam feitos de modo profissional” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2006, p.08).

A viabilização desse projeto se dá pela implementação de programas que busque melhorar a “gestão da educação e a eficácia dos professores” por meio dos cursos de

formação de gestores das redes públicas de ensino, pois, bons líderes podem causar impactos positivos para a educação (FUNDAÇÃO LEMANN, 2011, p.04).

Completando essa ideia, Denis Mizne, diretor executivo do grupo em estudo, afirma que o professor deve ser capaz de planejar e de empreender técnicas de gestão de sala de aula. Zena Einsenberg, coordenadora do curso de pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do estado do Rio de Janeiro – PUCRJ e debatedora dos cursos de formação docentes oferecidos pela Fundação em análise aponta que um dos entraves para a má qualidade da educação brasileira é a “falta de engajamento dos alunos de cursos de pedagogia”. Para a coordenadora, as técnicas ideais para gestar uma sala de aula seriam mais eficazes se os cursos de pedagogia fossem oferecidos como pós-graduação.

Esse pensamento segue as determinações do Banco Mundial – BM, um organismo internacional, que em relação à formação docente, recomenda que a preparação para a docência, em nível superior deve ser realizada de preferência na modalidade à distância com tempo reduzido de duração “[...] abstraindo do processo de formação do professor a pesquisa e a extensão e atribuindo forte ênfase à formação pela prática” (TEXEIRA, 2009, p.08). Desse modo, a formação inicial se torna mais viável do ponto de vista econômico. No que tange a formação continuada, o Estado deve oferecer formação em serviço, pois, essa estratégia também apresenta um custo menor, além de estar vinculada diretamente com a prática de sala de aula.

Importante abordar que o material didático utilizado nos cursos de formação docente, oferecidos pela Fundação Lemann é baseado no livro *Aula Nota 10*⁵, desenvolvido pelo educador norte americano Doug Lemov. Nesse livro, o autor não leva em conta se os professores dominam ou não os conteúdos pedagógicos. Segue na direção de que os mesmos não possuem as técnicas adequadas para repassar aos alunos o conhecimento necessário para sua formação. Para Lemov, os docentes possuem a mesma função de um técnico de futebol “[...] que seguida vezes pega um time no intervalo perdendo e consegue empatar o jogo” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2011, s/p.). Frente a esse pensamento, o livro em questão, apresenta quarenta e nove técnicas que segundo a Fundação é um material pedagógico que irá transformar o ensino público melhorando a aprendizagem dos alunos.

⁵ O livro foi uma distribuição gratuita para dirigentes municipais de ensino do estado de São Paulo, Secretarias Estaduais de Educação e faculdades de educação do país (FREITAS, 2011).

Porém, a análise do livro citado nos permitiu concluir que o mesmo não possui um embasamento filosófico educacional capaz de repassar conhecimentos necessários e adequados para ampliar a aprendizagem dos alunos. Nele fica evidente que o docente não tem a capacidade de elaborar uma metodologia capaz de repassar o conteúdo aos estudantes. O livro aponta também, que o professor não tem autonomia suficiente para ser responsável pela sua conduta em sala de aula. Apresentado dessa maneira cabe considerar que o mesmo serve como solução paliativa e mascara as discussões que estão postas a respeito da melhoria da formação inicial dos professores.

Esse material é mais um manual didático, que expressa um receituário ao docente. Isso pode ser comprovado nas palavras de Ilona Becskeházy, diretora de qualidade da educação da Fundação Lemann quando afirma que o livro possui a mesma função de um livro de “autoajuda”, pois, “[...] quanto mais explicativo for, mais facilita minha vida” (REY, 2012, s/p).

Esse tipo de material também sofre algumas críticas por parte de Rachel Lotan⁶, Julio Groppa Aquino⁷ e Romualdo Portela⁸. Em entrevista concedida a Rey (2012) Lotan expõe que o livro ensina o docente a tratar os alunos como se os mesmos possuíssem alguma deficiência de forma que, se o professor usar as técnicas adequadas ele será capaz de consertá-los. Na visão de Aquino, esse tipo de material serve com elemento planejador da sala de aula e também dos docentes. Em outras palavras serve para equilibrar o processo metodológico dos professores, pois, “[...] se, por um lado, esses materiais puxam para cima o professor que está abaixo da linha de indigência, que é o efeito colateral menos danoso, por outro, achatam o docente que está muito acima dessa média” (REY, 2012, s/p).

Além disso, o autor esclarece que o livro pode até ser um instrumento eficaz de trabalho somente para aqueles educadores que não conseguem estabelecer uma relação entre a teoria e prática, de forma que “[...] a praticidade do gesto dispensasse qualquer teoria. Na verdade, há muita teoria não explicitada no livro. É uma caixa de *Skinner*, é comportamentalista”. Sendo assim, Portela pondera que “para o mal formado, é melhor tê-los do que não ter nada” (REY, 2012, s/p).

⁶ “Diretora do programa de formação docente da Universidade de Stanford, mais conhecido por STEP (a sigla faz referência ao Stanford Teacher Education Program)” (REY, 2012, s/p).

⁷ “Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp)” (REY, 2012, s/p).

⁸ “Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp)” (REY, 2012, s/p).

Concluindo

A partir das afirmações apresentadas neste artigo, conclui-se que instituições com a mesma ideologia da Fundação Lemann são motivadas a investir na educação pública com o propósito de formar professores pautados na teoria do capital humano de forma que, os futuros trabalhadores devem ser formados para garantir o processo de mundialização e acumulação de capital.

Nessa linha de pensamento, Laval (2004) enfatiza que a escola vem servindo apenas para fornecer “mão de obra” que atenda às necessidades da economia. Para esse fim, as empresas passam a intervir diretamente nas questões pedagógicas, na elaboração dos conteúdos e na formação docente incorporando nas instituições escolares a lógica do mercado.

Nesse viés, Peroni (2006, p.126) aponta que a sociedade civil, nesse caso a Fundação Lemann

“[...] é materializada por instituições com nome e sobrenome, isto é, pessoas, família, ou um conjunto de sócios que têm o poder de receber um grande montante de recursos públicos e decidir acerca das políticas educacionais. Observa-se, assim, um desmonte das instituições mais ‘vulneráveis à correlação de forças’, no caso as públicas, e um fortalecimento das instituições consideradas mais eficientes e produtivas, como as instituições públicas não-estatais. Mais do que racionalizar recursos, pois é graças ao dinheiro público que as instituições privadas estão agindo, a questão é a inserção da lógica de mercado na gestão pública”.

Para cumprir tais estratégias, os professores devem receber orientações técnicas que os possibilitem formar os futuros trabalhadores que sabem o sentido de empreender e colaborar “[...] características essenciais do intelectual urbano na atualidade, nos marcos da hegemonia burguesa” (NEVES, 2005, p. 105).

O sistema educacional hegemônico burguês deve apresentar uma nova “[...] capacitação técnica, que implique uma maior submissão da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas a ‘humanizar’ as relações de exploração e de dominação vigente” (NEVES, 2005, p. 105). Os professores devem atuar em prol do consenso social atual “[...] objetivando alterar o nível bastante equilibrado da correlação de forças entre os projetos sociais em disputa desde a década de 1980” (NEVES, 2005, p. 96).

Martins (2005) traz uma explicação condizente em relação à interferência do empresariado nas questões sociais. Para o autor essa interferência

“[...] é uma ideologia que expressa o encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram o campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando as relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil” (MARTINS, 2005, p. 151).

Para que se perpetue essa consolidação, os Organismos Multilaterais se propuseram a rever suas estratégias para a educação. O Banco Mundial, por exemplo, lança em 2005 um documento denominado “Education Sector Strategy Update: Achieving Education For All, Broadening our Perspective, Maximizing our Effectiveness”. Nesse documento, evidencia-se que a estratégia demandada anteriormente, qual seja, a ampliação da educação para todos, deveria ser incorporada a perspectiva de eficácia, o que implicaria maior envolvimento dos pais, professores e alunos nas atividades escolares. De forma que, aos pais e responsáveis, coubesse a responsabilidade de se envolver com os problemas da escola, especialmente os problemas financeiros. Aos professores coube a responsabilidade por grande parte dos problemas envolvendo a aprendizagem e gestão.

Na visão de Martins, se historicamente os empresários realizavam ações sociais isoladas e fragmentadas, a partir do século XXI, essa dinâmica se transformou em uma estratégia orgânica da burguesia, organizando o projeto burguês de sociabilidade. “Trata-se de uma nova perspectiva da atuação educativa da classe burguesa rumo à consolidação de sua condição de dirigente de toda a sociedade” (MARTINS, 2005, p. 151).

REFERÊNCIAS

BATISTA, R. L. . Da relação entre reestruturação produtiva e educação profissional. In: **VI Simpósio de Filosofia e Ciência - Universidade e Contemporaneidade: produção do conhecimento e formação profissional**, 2005, Marília - SP. VI Simpósio de Filosofia e Ciência.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Carta aos empresários** – uma agenda liberal. Instituto Liberal 2012. Disponível em:><http://www.institutoliberal.org.br/encartes.asp>.< Acesso em: 21 de Dez. 2012.

FREITAS Ana Luiza Pires de. Aula nota 10' x o ensino de inglês como língua Adicional em escolas públicas brasileiras: Diferentes propostas de letramento **Signos**, ano 32, n. 2, p. 9-21, 2011.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório 2002**. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/ra_2002.pdf.> Acesso em: 22 de dez. de 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório 2006**. Disponível em:
<http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/ra_2006.pdf.> Acesso em: 22 de dez. de 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório 2011**. Disponível em:
<http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/ra_2011.pdf.> Acesso em: 22 de dez. de 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório 2012**. Disponível em:
<http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/ra_2012.pdf.> Acesso em: 12 de fev. de 2013.

INSITUTO HERBERT LEVY. **Ensino fundamental e competitividade empresarial: uma proposta para ação do governo**. São Paulo: IHL, 1993.

OLIVEIRA, J. B. A.; CASTRO, C. de M. (Org.). **Ensino fundamental e competitividade empresarial: uma proposta para ação de governo**. 1. ed. São Paulo: Instituto Herbert Levy, 1993.

ISTO É DINHEIRO. **Por dentro da cabeça de Lemann**. 2010.
<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/41021_POR+DENTRO+DA+CABECA+DE+LEMANN.> Acesso em: 06 de junho. 2012.

KONDER, Leandro. **O que dialética**. São Paulo : Brasiliense, 2008.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. Londrina: Planta, 2004.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da terceira via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. 1ed.São Paulo. Xamã, 2005, v. 1, p. 126-174.

MARX, Kall. **O Capital**. Livro Primeiro. Vol. I e II. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

NEVES, Lucia Maria. Wanderley. (Org.) Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In:_____. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. Conexões entre o privado no financiamento e gestão da escola pública. **Eccos**, v. 8, p. 111-132, 2006.

REY, Beatriz. **Os caminhos da autonomia**. Disponível em:
<<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=11517>.> Acesso em: 10 de jan. 2012.

SADER, Emir. Prefácio. In MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, Maria Vieira, (2002). O ethos empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades. Trabalho e Crítica, Anuário do GT Trabalho e Educação, ANPEd/UFSC, n° 3, p. 183-199.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso on 24 Apr. 2013.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Alagoas: Edufal, 2012.

OLIVEIRA, J. B. A.; CASTRO, Claudio Moura. (Org.). **Ensino fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para ação de governo**. 1. ed. São Paulo: Instituto Herbert Levy, 1993.

TEIXEIRA, Lidiane . A Política de Formação Docente no Brasil: fundamentos teóricos e epistemológicos. In: **32ª ANPEd**, 2009, Caxambu. Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 2009. v. 32.